

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVIS
REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE
DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E
DEZASSEIS**

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezasseis realizou-se, com início às vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Avis, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

A) INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro);

B) DOCUMENTOS PREVISIONAIS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017;

C) AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS / ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS;

D) CANDIDATURAS CEI+ / ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS;

E) PROCESSOS NÃO CONCLUÍDOS ATÉ FINAL DE 2016 / ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS;

F) CONTROLO ANALÍTICO DA QUALIDADE DA ÁGUA E EFLUENTES/PROCEDIMENTO PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO / ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS;

G) PROTOCOLO ENTRE A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES E A EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.;

H) PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE AVIS E A EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.;

I) CONSTRUÇÃO DA NOVA PONTE SOBRE A RIBEIRA DE ALCÓRREGO E ACESSOS RODOVIÁRIOS, NA EM 508, NO LIMITE DOS CONCELHOS DE SOUSEL E AVIS / DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL;

J) CONTRATOS INTER-ADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS FREGUESIAS.

3 – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

PRESENCAS

MEMBROS EFETIVOS:

Manuel Maria Libério Coelho, Sílvia Susana Lopes Pereira Feliz, Tiago José Damião Antunes, José Manuel Ferreira Correia, Maria Leonor Maia Xavier, Ana Luísa de Almeida Martins Varela, Elvira de Jesus Beira Traquinas da Costa, Rui Miguel Delicado Nunes, João Miguel Brazão Martins, Sérgio Manuel Carmelo de Brito, António José Lopes Carreiras, Anabela Calhau Pires, Joaquim João Piçarra Lageira e Jorge Martins Cortes Borlinhas.

SUBSTITUIÇÕES:

1 - Nos termos dos artigos 78.º e 79.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na sua atual redação: João Manuel Alcario Rato em substituição do membro Luís Filipe Rosinha Garcia, Pedro Manuel Nobre Casqueiro em substituição da membro Maria Gabriela Silveira Ferreira Canavilhas e António Joaquim Proença Mota Primo em substituição da membro Maria Vitória Casqueiro Ramos.

2 - Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: Liliana Maria Farinha Casqueiro em substituição do membro Rui Pedro de Sousa Camilo.

FALTAS

Faltaram a esta sessão os membros, Joaquim Roberto Pereira Grilo, Pedro Miguel Bartolomeu Canhoto e Joaquim António Rebelo Nunes.

REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA

Em representação da Câmara Municipal de Avis estiveram presentes os Senhores, Presidente, Nuno Paulo Augusto da Silva, e Vereadores, Rui Manuel Varela Barrento Henriques, Manuel João Casaca Ribeiro, António Luís Marques e José Ramiro da Silva Caldeira.

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A) MOÇÃO

Pelos eleitos da CDU foi presente a seguinte proposta de moção:

“40 Anos das Primeiras Eleições Autárquicas

Comemoram-se em 2016 os 40 anos das primeiras Eleições Autárquicas.

A Revolução de Abril de 1974, desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

O 25 de Abril, entre outras conquistas, deu aos portugueses a possibilidade de participarem e intervirem na resolução dos problemas locais, e a capacidade de eleger e ser eleitos para os órgãos das autarquias locais.

A 12 de Dezembro de 1976, no seguimento dum intenso e fecundo trabalho realizado com uma ampla participação popular, pelas comissões administrativas dos municípios e freguesias, criadas logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, realizaram-se em Portugal as primeiras eleições democráticas para as autarquias locais, nos 304 municípios e 4034 freguesias então existentes.

O Poder Local Democrático constitui uma das mais significativas transformações democráticas operadas com o 25 de Abril. Parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder, é amplamente participado, plural, colegial, democrático e dotado de autonomia administrativa e financeira. Está consagrado na Constituição da República Portuguesa.

O Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais, com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e superando enormes carências, incluindo na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos seus problemas, os sucessivos governos têm prosseguido o ataque ao

Poder Local, à sua autonomia e a elementos essenciais, com destaque para os obstáculos ao processo da regionalização, ainda por concretizar apesar de consagrado na Constituição, as consecutivas alterações ao regime jurídico e financeiro das autarquias e ultimamente o contestado processo de extinção e fusão de freguesias.

As comemorações dos 40 anos das primeiras eleições autárquicas, devem ser um momento para afirmar a importância e o papel do Poder Local Democrático, e o que representa como espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares.

Um momento de convergência e unidade dos democratas, em defesa do Poder Local Democrático e dos valores de Abril, consagrados na Constituição da República.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Avis reunida a 22/12/2016, delibera:

1. Saudar as primeiras eleições autárquicas, realizadas a 12 de Dezembro de 1976, e as transformações económicas, sociais e culturais operadas pelo Poder Local Democrático ao longo destes 40 anos.

2. Reclamar para as autarquias locais, a autonomia e os meios necessários para responder às necessidades e anseios das populações e do desenvolvimento local, assim como a reposição de freguesias, conforme a vontade das populações e dos órgãos autárquicos e a criação das regiões administrativas, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por maioria de dezassete votos a favor e uma abstenção do membro eleito pelo PS, João Manuel Alcario Rato, aprovar a moção em epígrafe.

B) ATA DA SESSÃO ANTERIOR

Foi posta à aprovação a ata da sessão ordinária realizada no dia 28 de Setembro de 2016, a qual foi previamente distribuída a todos os membros.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por maioria de treze votos a favor, duas abstenções do membro eleito pela CDU, António Joaquim Proença Mota Primo e da membro, eleita pelo PS, Liliana Maria Farinha Casqueiro, e cinco votos contra dos membros eleitos pelo PS, Tiago José Damião Antunes, Ana Luísa de Almeida Martins Varela, Rui Miguel Delicado Nunes, João Manuel Alcario Rato e Pedro Manuel Nobre Casqueiro, aprovar a referida ata.

As abstenções foram fundamentadas no facto destes membros não terem estado presentes na sessão a que a ata se reporta.

Pelos eleitos do PS foi presente a seguinte declaração de voto: “Os membros do PS nesta Assembleia justificam o voto contra a presente acta pelo facto de a mesma colidir, despudoradamente, com o que, na realidade, aconteceu em sede de discussão de um ponto crucial. A acta refere de modo telegráfico a atribuição de um subsídio no valor de 45.000 €, ao CCD ca CM Avis, sendo que, na verdade, este ponto suscitou bastante discussão, motivando diversas intervenções e pedidos de esclarecimento que são aqui propositadamente ignorados. O que revela, para além de uma incompetência crónica, má-fé e um profundo desrespeito pelo direito à livre expressão da oposição.

Uma acta, nos termos legais, deve reflectir o que de mais relevante se debateu. Esta omissão grosseiramente propositada revela o receio de assumir o conteúdo da proposta apresentada assim como os seus efeitos.

Esta atitude recorrente por parte da maioria CDU é apenas mais um sinal do gritante desrespeito pelos mais elementares princípios da Democracia. Sob as vestes de um procedimento administrativo, a maioria CDU põe em prática o que de pior existe em qualquer regime totalitário, evitando ao máximo o escrutínio e a transparência das deliberações. Um caso evidente de estalinismo administrativo com o qual nenhum democrata pode compactuar.

Por isso mesmo, só os membros da CDU nesta Assembleia aceitam tal forma de ser e estar, porque estão para a Democracia como esta acta está para o rigor.”

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A) INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

De acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia tomou conhecimento da atividade municipal, no período de tempo que decorreu entre a última e a presente sessão ordinária da Assembleia, através de informação escrita prestada pelo Senhor Presidente da Câmara.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia tomou conhecimento.

B) DOCUMENTOS PREVISIONAIS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017

Pela Câmara Municipal foram presentes os Documentos Previsionais para o ano de 2017 (incluindo o Mapa de Pessoal do Município), importando o Orçamento, quer na receita quer na despesa, no montante de 9.336.042,00€ (nove milhões, trezentos e trinta e seis mil, quarenta e dois euros).

O Senhor Presidente da Câmara apresentou a seguinte comunicação sobre os Documentos Previsionais e o Mapa de Pessoal para o ano de 2017:

“A proposta de Orçamento do Município de Avis para o ano de 2017, teve em conta o contexto macroeconómico do país, bem como as prioridades do Executivo.

As premissas que nos orientam baseiam-se em afirmar Avis como um concelho com qualidade de vida, atrativo, solidário, sustentável, eficiente e empreendedor.

Neste sentido, preparou-se o Orçamento para o ano de 2017 com uma dotação global de 9.336.042,00€. Em termos globais, o Orçamento apresentará um aumento de 6.69% face a 2016, ou seja, um acréscimo de cerca de 543.000,00€. O que resulta das candidaturas já apresentadas e aprovadas no âmbito do Portugal 2020, assim como, nas decisões assumidas no quadro do atual mandato, nomeadamente na mobilização de recursos resultantes dos saldos de gerência para assegurar uma resposta positiva e, no mais curto prazo possível, as necessidades reconhecidas.

A gestão financeira rigorosa que decidimos implementar desde o início, é para ser mantida: diminuir o montante da dívida e continuar a pagar a tempo e horas, são premissas das quais não abdicamos.

Tal como afirmámos no início do mandato para que fomos eleitos a nossa ação assenta:

No desenvolvimento económico como fator potenciador e criador de emprego. Permanece, pois, no centro das nossas preocupações, a promoção do investimento privado. Manteremos o apoio e as medidas que visem a atração e fixação de empresas, o impulso sobre setores estratégicos como a hotelaria, a restauração e a revitalização do comércio local. Prosseguiremos, com a procura de novos investidores, assim como, colaborar de forma tenta com todas as empresas a laborar no nosso concelho.

Reafirmamos a área do turismo como um vetor de desenvolvimento crucial.

É por todos nós reconhecida a importância estratégica que o turismo assume no crescimento económico do nosso concelho e todos conhecemos e “nos rendemos” à beleza natural e às vastíssimas riquezas naturais, históricas e culturais de Avis e de todo o concelho. Na verdade, este espelho de água único, que é nosso, tem potencialidades determinantes para que seja assegurado um turismo crescente nas suas mais diversas vertentes: de natureza ou ecológico, desportivo, cultural, rural ou de lazer. Recorre-se pois às potencialidades e ofertas hoteleiras do concelho, de privados ou ao nosso parque de campismo, criando, essencialmente, nos meses de verão uma interessante dinâmica na restauração, no comércio local e uma crescente procura nos nossos produtos locais como sejam o vinho, os licores, o azeite ou o mel.

Como vimos, é fundamental salientar na área do investimento, a promoção e qualificação do território, dotando-o de melhores condições de atratividade, quer no âmbito do Plano de Promoção do Desenvolvimento Turístico, quer através do investimento na área da programação

cultural e desportiva, expresso na concretização de grandes eventos de projeção nacional e internacional (Feira Medieval Ibérica, regata - *Head of the cork*, campeonato nacional BTT, Maratona Extreme, Feira Franca, etc.).

Para além dos grandes investimentos, que estão quase sempre condicionados a verbas comunitárias, o município canaliza verbas significativas para áreas que continuam a ser assumidas como fundamentais e que correspondem à implementação de medidas expressas no âmbito da coesão social e da educação:

Idosos: criação de projetos/programas para melhorar as suas vidas e ocupar de forma saudável os seus tempos livres: Animasénior; Passe Social e agora um projeto piloto, em colaboração com outros parceiros que visa o pagamento integral de todos os medicamentos aos que mais necessitam, numa primeira fase; vai ser distribuído pelos beneficiários do passe social, para já, por ser o universo de pessoas que já estão identificadas. Ainda assim, poderemos abranger mais pessoas à medida que as situações excecionais forem surgindo com a monitorização do programa.

A educação continuará a ser um dos setores que mais investimento e atenção suscitará, pois as pessoas e a sua qualificação são o nosso maior recurso:

Ao nível da infância, que conhece uma fortíssima mobilização de recursos na rede de ludotecas municipais; no domínio da recuperação e reabilitação do parque escolar do ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, dos transportes escolares, ao nível da ação social escolar, oferta dos manuais escolares aos alunos do 1.º ciclo, do fornecimento de refeições a todas as crianças do pré-escolar e primeiro ciclo, assumindo o orçamento municipal a cobertura do valor diferencial entre o custo real das refeições cobrado pela escola e as comparticipações das famílias.

Na área da Juventude: projeto Avis +, Jovens em Movimento, a Escola de Música e bolsas de estudo para os alunos do ensino secundário e ensino superior.

No que respeita aos consumos domésticos de água e ao tratamento dos efluentes resultantes desse consumo, o Município incrementou e mantém uma política de apoio social com larga expressão, assumindo de igual forma o significativo diferencial do montante cobrado e pago pelas famílias e o custo real dos serviços prestados na recolha e tratamento de resíduos.

Ao nível da cultura continuaremos a desenvolver um trabalho significativo nesta área continuando a promover o património material e imaterial do nosso concelho. Não só reforçaremos o trabalho desenvolvido pelo centro interpretativo da ordem de Avis, Musca, biblioteca municipal, como assumiremos novos investimentos neste âmbito como sejam o *Fórum Cultural - Casa dos Braga e Galeria de Arte*.

As associações e coletividades locais, no seu importante papel de agentes mobilizadores e impulsionadores sociais, humanitários, culturais e desportivos são parceiros fundamentais na construção das dinâmicas concelhias sendo pois uma relação a manter nesta plataforma de diálogo para uma mais eficaz união de sinergias. Continua, assim, no âmbito do programa de apoio ao associativismo, disponível uma verba significativa para assegurar o desenvolvimento do objeto social de cada uma das nossas associações e coletividades.

No ano de 2017 daremos continuidade e faremos um substancial reforço do processo já iniciado de intervenção no espaço público, designadamente nas áreas da salubridade, do tratamento e qualificação das vias de circulação e da mobilidade em geral.

Na manutenção, conservação e qualificação da rede de águas e saneamento.

Os setores da atividade municipal no qual se verificam significativos reforços do investimento, encontram-se ao nível das obras, da frota municipal e do recrutamento de recursos humanos. Só assim se poderá obter uma mais rápida recuperação de insuficiências e o colmatar de necessidade acumuladas ao longo de vários anos de constrangimentos impostos à ação do Poder Local e que se torna urgente ultrapassar.

Tendo como objetivo melhorar o serviço público prestado às populações, o Plano de Atividades para 2017 contempla a conclusão de um vasto conjunto de investimentos e obras em instalações municipais que assegurará a melhoria das condições de trabalho dos nossos trabalhadores, enquanto fator decisivo e orientador da melhoria da prestação do serviço público. *(Novas instalações dos Paços do Concelho; Balneário no Parque de Máquinas; Novas instalações do Tribunal de Avis; Fórum Cultural - Casa dos Braga, Galeria de Arte).*

Ao nível do urbanismo e ordenamento do território, continuação do trabalho de elaboração de instrumentos fundamentais como o Plano Diretor Municipal, qualificação de novas áreas do território municipal, que assim se acrescentarão a outras que são já hoje objeto de intervenção e atenção municipal no âmbito dos programas de reabilitação em curso - Áreas de Reabilitação Urbana, designadamente, as que se prendem com a qualificação, o estacionamento, o trânsito e a mobilidade pedonal e ciclável. *(Via Pedonal e Ciclável Avis / Clube Náutico, espaços verdes, Ampliação do cemitério de Alcórrego, Arruamentos em Figueira e Barros, Ervedal, Alcórrego, Avis, Benavila e Valongo, colocação de passeadeiras/sinalética, equipamentos lúdicos e de ginástica em Ervedal, Alcórrego, Aldeia Velha, Figueira e Valongo).*

Na área do desporto continuar o apoio ao centro de formação de remo, escola de vela, ao BTT, atletismo, *inauguração da sala de manutenção/Ginásio e iniciar obras de requalificação do campo 25 Abril com piso sintético, pista de tartan balneários e vedação.*

Nestas, como noutras áreas de intervenção, só o sucessivo adiar de lançamento de concurso no quadro do novo Quadro Comunitário Portugal 2020 por parte das entidades competentes nos impede de ir mais longe, em qualquer caso, nunca baixamos os braços e as obras estão a avançar.

Não posso deixar de reforçar, aqui, a articulação e confiança no trabalho de proximidade realizado pelas nossas juntas e uniões de freguesias. A importante resposta a necessidades concretas e imediatas dos nossos munícipes, cujos respetivos presidentes conhecem melhor que ninguém, vem legitimar esta aposta.

Nos restantes setores manter-se-ão na generalidade os investimentos, merecendo uma especial referencia o sector da cultura do turismo onde pretendemos, se possível, manter os grandes eventos, importantes fatores da dinamização da economia local e do associativismo.

Em linhas gerais, estes são apenas alguns dos aspetos mais relevantes contidos na proposta de Opções do Plano e Orçamento do Município para o exercício de 2017.”

O membro Tiago Antunes pretendeu saber o que representam os 600.000,00€ e 1.000.000,00€ no orçamento da receita? Perguntou ainda qual é o prazo médio para pagamentos em atraso?

A Técnico Superior, Dolores Brazão, por solicitação do Senhor Presidente da Câmara, esclareceu que os 600.000,00€ correspondem a uma rubrica residual que, em Abril, com a aprovação da conta de gerência de 2016, verá incorporado o saldo de gerência. O valor de 1.000.000,00€ corresponde à comparticipação aprovada pelo programa Portugal 2020 cujas obras estão identificadas em PPI.

O Senhor Presidente da Câmara informou que o prazo médio de pagamentos do Município é de 59 dias (Fonte DGAL).

DELIBERAÇÃO: A Assembleia, após análise e discussão dos Documentos, deliberou, por maioria de doze votos a favor, e seis abstenções dos membros eleitos pelo PS, Tiago José Damião Antunes, Ana Luísa de Almeida Martins Varela, Rui Miguel Delicado Nunes, João Manuel Alcario Rato, Pedro Manuel Nobre Casqueiro e Liliana Maria Farinha Casqueiro, aprovar os Documentos Previsionais e o Mapa de Pessoal para o ano de 2017, bem como, autorizar todos os encargos plurianuais resultantes dos projetos constantes dos mesmos Documentos, nos termos em que se encontram previstos.

C) AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS / ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS

Pela Câmara Municipal foi presente proposta a solicitar autorização para a assunção dos encargos plurianuais, pelo prazo de um ano, relativamente ao seguinte:

- Aluguer de impressoras e fotocopiadoras;
- Manutenção de impressoras.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

D) CANDIDATURAS CEI+ / ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS

Pela Câmara Municipal foi presente proposta a solicitar autorização para a assunção dos encargos plurianuais relativamente a duas candidaturas (5 vagas cada) para CEI+ - Contrato Emprego Inserção+, através do IEFP, incluindo as inerentes ao seguro.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

E) PROCESSOS NÃO CONCLUÍDOS ATÉ FINAL DE 2016 / ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS

Pela Câmara Municipal foi presente proposta a solicitar autorização para a assunção dos encargos plurianuais relativamente aos seguintes processos:

- Pragosa – fornecimento de inertes;
- Cerciportalegre – encadernação de correspondência.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

F) CONTROLO ANALÍTICO DA QUALIDADE DA ÁGUA E EFLUENTES/PROCEDIMENTO PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO / ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS

Pela Câmara Municipal foi presente proposta a solicitar autorização para a assunção dos encargos plurianuais no que se refere ao procedimento para celebração de Acordo Quadro relativo ao controlo analítico da qualidade da água e efluentes.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

G) PROTOCOLO ENTRE A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES E A EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

Pela Câmara Municipal foi presente Protocolo celebrado entre a ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses e a EDP Distribuição - Energia, S.A., através do qual acordam na alteração do Anexo I ao Contrato Tipo de Concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aderir ao Protocolo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a EDP Distribuição - Energia, S.A., concretizando-se a aliação do Contrato Tipo de Concessão celebrado entre o Município e a EDP Distribuição através da aprovação e assinatura do respetivo Protocolo.

H) PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE AVIS E A EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

Pela Câmara Municipal foi presente proposta de Protocolo a celebrar entre o Município de Avis e a EDP Distribuição - Energia, S.A., pelo qual, acordam na alteração do Anexo I ao Contrato de Concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão, celebrado entre as Partes em 04 de Dezembro de 2001.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Protocolo apresentada pela Câmara Municipal.

I) CONSTRUÇÃO DA NOVA PONTE SOBRE A RIBEIRA DE ALCÓRREGO E ACESSOS RODOVIÁRIOS, NA EM 508, NO LIMITE DOS CONCELHOS DE SOUSEL E AVIS / DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Considerando que se trata de uma obra intermunicipal e que existe área de REN - Reserva Ecológica Nacional a ocupar no concelho de Avis, a Câmara Municipal apresentou proposta para declarar o Interesse Municipal da “execução da obra de construção da nova Ponte sobre a Ribeira de Alcórrego e Acessos Rodoviários, na EM 508, no limite dos concelhos de Sousel e Avis”.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, emitir a Declaração de Interesse Municipal solicitada pela Câmara Municipal.

J) CONTRATOS INTER-ADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS FREGUESIAS

Pela Câmara Municipal foi presente proposta para prorrogar, por mais um ano económico, os Contratos Inter-Administrativos que têm por objeto a delegação de competências nas Freguesias.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

3 – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público nesta sessão.

4 – APROVAÇÃO EM MINUTA

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta, os seguintes pontos desta ata: 2, alíneas B) a J).

E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, eram vinte e duas horas, de tudo para constar se lavrou a presente ata.